

**ABRACE**

# NOTÍCIAS

&gt;&gt; UMA PUBLICAÇÃO DA ABRACE - ANO 3 - Nº 13 - JANEIRO 2009

## >> EDITORIAL



### UMA INSÓLITA "LISTA NEGRA"

por *Érico Sommer\**

O Plano Decenal de Energia Elétrica (PDEE), em consulta pública até o final de janeiro, prevê a construção de 82 termelétricas até 2017 – mais que o dobro das usinas que estão em operação hoje –, o que deverá triplicar as emissões de CO<sub>2</sub> decorrentes da geração a partir de combustíveis fósseis.

Considerando essa informação e a falta de licenças prévias para as 12 hidrelétricas previstas para serem licitadas em 2009, acreditamos ser fundamental alertar a sociedade para o perigo que tal planejamento representa para o País no futuro. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a construção de tantas termelétricas reduziria a parcela de hidreletricidade na matriz elétrica brasileira de 86% para 76%. Isso se todas as 71 hidrelétricas planejadas para o período forem construídas, o que parece pouco provável, visto o retardo das licenças ambientais.

Conclusivamente, o Brasil está na contramão dos movimentos mundiais contrários às mudanças climáticas e fere o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Tudo porque as hidrelétricas entraram em uma insólita "lista negra" de perigos ambientais, que parece não incluir no seu rol de fatores de aumento das emissões de CO<sub>2</sub> o acionamento das térmicas usado como substitutivo para atender à demanda de energia nacional.

Essa questão se soma à longa lista de desafios permanentes da ABRACE e estará presente na agenda de atividades da entidade em 2009. Durante este ano, também estaremos atentos aos efeitos da crise internacional, ao preço do gás, empenhados no movimento para redução dos encargos setoriais e a muitos outros temas que afetam os consumidores industriais de energia. Esse boletim tem o objetivo de apresentar os principais desafios do setor energético em 2009 e as principais linhas de ação da ABRACE no sentido de contribuir para que o País vença esses desafios.

Feliz 2009!

*\* Érico Sommer é presidente do Conselho Diretor da ABRACE.*

## >> DESAFIOS DE 2009

O ano começou com dificuldades para a indústria brasileira. A crise internacional deflagrada em setembro de 2008 impactou negativamente os volumes de encomendas e obrigou fábricas inteiras a reduzirem ou mesmo paralisarem a produção. O ciclo de 28 meses de taxas positivas da produção industrial do País foi interrompido: a queda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 5,2% em novembro em relação a outubro; ante novembro de 2007, de 6,2%.

Sem perspectiva de melhora em curto prazo, a indústria brasileira vem redobrando esforços para se manter competitiva. A energia, que nos setores energointensivos chega a representar mais de 40% dos custos produtivos, é um dos fatores-chaves nesse equacionamento. Neste momento difícil, é fundamental ter preços e condições adequadas para evitar danos ainda maiores ao parque produtivo nacional. A manutenção da competitividade é essencial para garantir que, vencida a crise, o País estará preparado para seguir seu rumo de desenvolvimento econômico e social.

Diante desse cenário, é preciso reduzir custos dos energéticos. Um dos principais pleitos da ABRACE nesse sentido é a interrupção da escalada de preços do gás natural.

Outro desafio importante para que haja competitividade futura na indústria do gás é que ocorra, no decorrer do ano, a regulamentação da Lei do Gás. A participação da ABRACE nesse processo será fundamental para que sejam resguardados os interesses da indústria.

Com relação à eletricidade, a entidade defende a possibilidade de redução temporária de demanda pelos consumidores industriais, bem como a possibilidade de venderem seus excedentes contratuais.

O desafio de reduzir encargos e tributos também permanece na pauta do setor e essa é uma ação que pode ser adotada rapidamente. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acaba de aprovar alterações nas regras da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC) e, acatando as sugestões da ABRACE, passou a exigir maior transparência da Eletrobrás na gestão dos recursos, abrindo a perspectiva de redução do encargo. Mas ainda há muito a ser feito. É preciso resolver outros entraves que dificultam a desoneração da CCC, entre os quais a dependência de alguns estados do ICMS relativo à compra dos combustíveis usados para gerar energia nos sistemas isolados.

## >> ENERGIA ELÉTRICA

Uma das principais metas da ABRACE na área de energia elétrica em 2009 é permitir que as indústrias possam reduzir momentaneamente a demanda contratada. Para os consumidores livres, a idéia é conceder também o direito de vender excedentes da energia contratada no mercado livre. Com essas medidas, as indústrias mitigariam custos fixos com o insumo, num momento crítico em que há redução de produção, em decorrência da crise financeira internacional.

Outro pleito da ABRACE para garantir a competitividade da indústria visa permitir aos consumidores livres que contratem energia das novas usinas nas mesmas condições asseguradas às distribuidoras. Isso permitiria a compra de energia a preços mais justos, contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira. A ABRACE acredita que o Estado deva garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica nos dois ambientes de contratação (livre e cativo) e, por isso, sugere alterações na estrutura dos leilões.

Em 2009, o setor elétrico terá diversas questões a serem trabalhadas. Um tema fundamental para o seu funcionamento saudável é a renovação das concessões das usinas que vencem nos próximos anos. A ABRACE é favorável à prorrogação, desde que as regras e os procedimentos para a recontração de energia – bem como para os futuros leilões de compra de energia proveniente desses empreendimentos de geração – sejam definidos antecipadamente, garantindo a participação de consumidores livres e cativos. Eventuais benefícios da venda dessa energia devem ser revertidos completamente para o setor elétrico, mais especificamente para a redução das tarifas, como a TUSD (Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica) e a TUST (Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão). Esse benefício abrangeria todos os consumidores finais que já pagaram por esses ativos no passado.

Resumindo, boa parte das ações da Associação no setor elétrico converge para o atendimento do principal pleito dos consumidores: a destinação isonômica da energia a preço competitivo, seja ela nova ou existente, para os mercados livre e cativo.

### ENCARGOS

A defesa da redução dos encargos continuará, este ano, sendo uma das fortes frentes de trabalho da ABRACE. A boa notícia



é que a Aneel acaba de aprovar mudanças nas regras de gestão da CCC, que obrigarão a Eletrobrás a ter um melhor controle dos recursos. A Associação participou do processo que resultou nessas alterações e que devem provocar uma redução do encargo, estimada em R\$ 1,2 bilhão neste ano. Hoje a CCC representa, em média, 4% dos gastos com energia no País. Usada para subsidiar o custo da geração térmica dos sistemas isolados, ultrapassou as previsões iniciais e ficou acima de R\$ 3,5 bilhões no ano passado.

Apesar da conquista recente, o trabalho prosseguirá. Ainda há muitos entraves que inviabilizam a eliminação da CCC. Uma das principais dificuldades é a dependência de alguns estados em relação ao ICMS incidente sobre a compra dos combustíveis usados para gerar energia. Estima-se que, em 2008, eles tenham arrecadado entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões com a cobrança do imposto. Por isso, há forte resistência dos governos estaduais quanto à redução do encargo, por meio da interligação dos sistemas, pois não há como compensarem a queda de arrecadação disso decorrente.

Também objetivando a redução de encargos, a ABRACE defende que as taxas de fiscalização da Aneel não sejam mais contingenciadas, como vem acontecendo desde 2003. A Associação defende o fim do contingenciamento e acredita que tal medida acabaria por reduzir o valor anual recolhido, já que os pagamentos dos consumidores seriam limitados a um valor efetivamente utilizado pela agência reguladora. Entre 2003 e 2007 foram contingenciados R\$ 733 milhões.

## >> GÁS

**N**a área de gás, o trabalho da ABRACE será orientado para evitar que a escalada de preços continue ameaçando a competitividade da indústria dependente do combustível. Os recentes reajustes extraordinários autorizados para as tarifas da Comgás e da Gás Natural SPS dão uma dimensão desse desafio. As indústrias localizadas nas áreas de concessão dessas empresas sofreram aumentos médios entre 10% e 20%, conforme o volume usado e a empresa fornecedora.

Sem entrar no mérito das justificativas para esses reajustes, a ABRACE não aceita que as indústrias sejam oneradas, principalmente neste momento de crise mundial. A competitividade não pode ser comprometida por razões de ordem institucional ou por falta de controle dos preços de empresas monopolistas. Hoje, a Petrobras é praticamente a única em toda a cadeia de produção e transporte de gás e define os preços do produto e do transporte sem qualquer transparência, além de controlar o preço dos combustíveis substitutos.

Espera-se que esse cenário melhore nos próximos anos graças à Lei do Gás, cuja aprovação teve atuação importante da ABRACE. O marco regulatório deve permitir um aumento na competição na produção e no transporte de gás, garantindo, portanto, preços mais adequados do insumo. Enquanto a lei não é regulamentada e o mercado não se desenvolve, no entanto, é fundamental evitar que os consumidores sejam os únicos a pagar a conta, como vem acontecendo. Para tanto, a ABRACE defende uma revisão no processo de formação de preços, atualmente definidos pela Petrobras.

Para resolver essas questões, a entidade começou a desenvolver estudos sobre o processo de formação de preços do gás para subsidiar as discussões sobre o assunto.

### REGULAMENTAÇÃO

A ABRACE também vai participar diretamente das negociações para a regulamentação da Lei do Gás, que serão mediadas pelo Ministério de Minas e Energia. A presença dos agentes do setor nessa discussão foi uma das condições definidas em acordo relativo à lei fechado entre eles em novembro passado. Com ampla atuação da ABRACE, esse acordo foi fundamental para a aprovação da lei e mostrou que é possível que todo o setor trabalhe de forma unida e integrada em busca de um objetivo maior.

Na regulamentação, os esforços da ABRACE vão se concentrar em manter as conquistas obtidas na lei, entre as quais as figuras do autoprodutor, autoimportador e consumidor livre de gás, a definição do Plano de Contingência, bem como as condições que garantem maior competição na produção e no transporte de gás.

Além disso, o assunto está na pauta da ABRACE com os estados. Isso porque, depois de previstas na lei federal, as regras referentes à distribuição de gás precisam ser inseridas nas legislações e nos contratos de concessão estaduais. Esse é o caso, por exemplo, dos consumidores livres. Hoje, esses agentes, que poderão escolher seus fornecedores do insumo, estão previstos apenas nas regras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por essa razão, a ABRACE deve trabalhar, este ano, pela introdução dessa figura na regulamentação de outros estados, possibilitando que uma das principais conquistas da Lei do Gás entre definitivamente em prática.

Outro ponto importante de negociação com os estados é a inclusão da revisão tarifária, com ampla consulta pública, nos estados em que esse instituto não está previsto, possibilitando maior transparência no processo de reajuste das tarifas e um ambiente em que os consumidores possam contestar esses reajustes e contribuir na sua definição.

### Expediente

*Esta é uma publicação da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres*

#### Coordenadora

Patrícia Arce  
diretora técnico-regulatória da ABRACE

#### Execução



SP4  
COMUNICAÇÃO  
CORPORATIVA

#### Jornalista responsável

Odete Pacheco (MTB 15.268)

#### Reportagem

Daniela Lessa e Clara Barufi

#### Diagramação

Karine Pacheco

#### Revisão

Christina Binato

#### Fone:

(0xx11) 2139 7550

#### e-mail

abrace@abrace.org.br  
sp4com@sp4com.com.br